



A "EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM BANANEIRAS

Leila Santos de Melo; Elarisse Pinheiro Estevam da Silva; Mariana dos Santos Ferreira¹;
Vivian Galdino de Andrade²

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

RESUMO

Este artigo tem a intenção de relatar as atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão "UFPB no seu município - A educação patrimonial em Bananeiras: uma articulação integrada entre a história, a memória e a cidade". A partir de uma abordagem descritiva, pretendemos expor as propostas de atividades e oficinas a serem trabalhadas no projeto, que visa discutir a relação entre Educação, História e Patrimônio com docentes da educação básica do município e discentes do curso de Pedagogia da UFPB/ Campus III. Ao trazer este relato acreditamos estar divulgar as inúmeras possibilidades de se trabalhar a Educação Patrimonial (EP) como tema transversal e interdisciplinar, que conduz professores e alunos a um processo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural. Metodologia voltada a alfabetização cultural dos sujeitos, a EP constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que trazem como foco o Patrimônio Cultural. Tanto ela quanto a História Oral são metodologias utilizadas no projeto, e nortearam os passos metodológico de nossas atividades. Esta integração que une a sociedade, o Ensino Superior e a Prefeitura de Bananeiras possibilitará ações que estimulam o desejo pelo conhecimento e pela preservação do que é histórico na cidade, a partir da vivência de uma sensibilidade que substanciará o vínculo e o sentimento de pertencimento à história e ao patrimônio da cidade.

Palavras-Chave: Educação Patrimonial, História, Bananeiras.

1 Introdução

Bananeiras é uma cidade do brejo paraibano que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem uma área territorial de 258 km². Está localizada na Serra da Borborema, a 141km de João Pessoa, possuindo um clima mais ameno que a média do agreste paraibano. A cidade traz em seu entorno atual marcas significativas de seu passado e ao longo dos anos vem sendo berço de inúmeros distritos e cidades que se formaram a partir dela³ e que ganharam novas feições, consideradas mais modernas.

Parte integrante da trajetória do Caminhos do Frio, Caminhos de Padre Ibiapina e Rota dos Engenhos, Bananeiras traz, além do clima agradável, atrativos históricos a partir de seu Patrimônio Arquitetônico, tais como: os casarões Coloniais, Sítios Arqueológicos e paisagens naturais, cenários desenhados por um passado que foi talhado em seu Centro Histórico. Segundo Costa (1979):

¹ Discentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, Campus III. <elarisse_larah@hotmail.com >, <leilamelos2011@live.com > e <marysf21@hotmail.com > .

² Professora Orientadora. Departamento de Educação/ UFPB/Campus III. <vivetica@hotmail.com>

³ Como as cidades de Borborema, Solânea (antiga Vila do Moreno) e Dona Inês. Atualmente são distritos de Bananeiras Chã do Lindolfo, Vila Maia e Tabuleiro, além dos povoados de Roma e Umari. (83) 3322.3222



Foi o café trazido de Mamanguape por Tomé Barbosa, em meados do século XIX que deu início ao desenvolvimento econômico da cidade de Bananeiras. Suas terras férteis e próprias para o cultivo da rubiácea logo garantiram prosperidade ao plantio e o surgimento de uma idade de ouro do brejo paraibano, a partir de Bananeiras, abrindo espaço para as fazendas com suas casas grandes e seus terreiros de ladrilho feitos pátios de secagem, que ainda hoje, testemunham uma época que se pretende, agora, ver restaurada.

É para dar relevo a este percurso histórico vivenciado pela cidade que nos propusemos a trabalhar com a Educação Patrimonial, uma metodologia centrada na discussão e valorização do Patrimônio Histórico a partir da educação. A ideia é que os princípios desenvolvidos por ela levem os sujeitos habitantes da cidade a “[...] um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.3).

O projeto que aqui pretendemos apresentar corresponde a um edital lançado pela UFPB, com vistas a trabalhar com a responsabilidade social dentro do âmbito acadêmico. Tal edital aponta que:

O Programa UFPB NO SEU MUNICÍPIO – EDUCAÇÃO, ARTE E CULTURA se constitui em uma das estratégias da política de extensão da UFPB, que prioriza a formação acadêmica e cidadã do seu corpo discente, através de projetos que promovam o desenvolvimento socioambiental, econômico, artístico e cultural da Paraíba, a partir de um trabalho conjunto com os municípios envolvidos. (EDITAL PRAC Nº 03/2017)

Com base neste edital de responsabilização social submetemos o projeto “A educação patrimonial em Bananeiras: uma articulação integrada entre a história, a memória e a cidade”, reunindo uma equipe de discentes, docentes e representantes da Prefeitura Municipal de Bananeiras⁴. Ainda nesta perspectiva, o curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas, Agrárias e Sociais - CCHSA já desenvolvia, dentro do contexto de outros programas como o PROBEX (Programa de Extensão) e o PROLICEN (Programa de Licenciatura)⁵, e também por meio do Grupo de Pesquisa História da Educação do Brejo Paraibano - HEBP, trabalhos com a Educação Patrimonial. Este projeto que aqui mencionamos passaria a se tornar mais um

⁴ Nossa equipe reúne oito alunos, sendo sete do curso de Pedagogia (Leila Santos de Melo (bolsista), Mariana dos Santos Ferreira, Elarisse Pinheiro Estevam da Silva, Jacqueline da Silva, Jaqueline Barbosa da Silva, Rayane Cristina Barbosa Ilário e Gláucia de Sousa Gomes) e um do curso de administração (Alyson Arthur Vieira de Almeida). Como colaboradores externos temos ainda Paulo Eloy de Almeida Júnior (estudante de Engenharia Civil da Universidade Maurício de Nassau) e Hadassa Araújo da Costa (mestranda em História – PPGH/UFCG). Já como representantes da prefeitura estão os secretários Augusto Carlos Bezerra Aragão Filho (Secretaria do Planejamento), Pedro Coutinho Cirne Filho (Secretaria Executiva de Meio Ambiente), Kerssia Liliane Santos de Melo (Secretária Adjunta do Meio Ambiente) e Eduardo Guimarães Lima Barreto (Secretaria de Turismo e Cultura).

⁵ Tais projetos também são coordenados pela professora Vivian Galdino de Andrade, e fazem parte das ações do Grupo de Pesquisa História da Educação do Brejo Paraibano - HEBP.



trabalho que integraria as ações já desenvolvidas à parceria da Prefeitura Municipal de Bananeiras, uma vez que se coloca a trabalhar com professores da rede municipal de ensino.

Todos os projetos acima mencionados partem de uma mesma matriz teórico-metodológica, mas diferem quanto ao público atendido e as atividades desenvolvidas. O projeto PROLICEN “Sob os signos históricos da cidade: Bananeiras e a Educação Patrimonial” (2017), objetiva trabalhar com a produção de uma cartilha digital que auxilie na discussão da educação patrimonial de Bananeiras nas salas de aula. A ideia é socializar esta cartilha nos sites institucionais do município como também no repositório digital HEB - História da Educação de Bananeiras⁶. Já o PROBEX, “A educação patrimonial em Bananeiras: trabalhando com a história e com a memória da cidade” (2017), traz como intenção de formação de graduandos, por meio de oficinas temáticas, para o trabalho com crianças, também na perspectiva da educação patrimonial.

A partir deste contexto inicial, convidamos o leitor a conhecer um pouco mais sobre a Educação Patrimonial e a embarcar conosco nas propostas de atividade que estão em fase de desenvolvimento em Bananeiras.

2 A educação patrimonial: uma metodologia a serviço da história

A pós-modernidade fabricou um presente fugaz, momentâneo, que tenta existir por si só, sem vínculos com o passado que lhes precedeu. Isto resulta, muitas vezes, na depredação de monumentos históricos, frutos de ações esparsas, iniciadas pela falta de relação/vínculo entre o que é histórico e a geração que lhe sucedeu. É nesta falta de identificação que o passado se perde nos túneis do tempo, ficando muitas vezes relegado aos resquícios do que sobrou.

A busca pela significação do passado perpassa a existência de prédios históricos, símbolos de uma história que se deseja relembrar/fixar. Atualmente podemos considerar que vivemos em tensão com o que passou, esquecemos facilmente e tentamos resgatar um presente que não foi vivido por nós, com quem aparentemente não desenvolvemos nenhuma afetividade. Enviesada pelo que concebemos como ‘Educação Patrimonial’ - EP, a História passa a ser trabalhada a partir de um “[...] processo permanente e sistemático de trabalho

⁶ O repositório digital HEB - História da Educação de Bananeiras é fruto de uma ação de pesquisa (PIBIC), orientado pela professora Vivian Galdino de Andrade. Seu objetivo é compor um acervo digital que torne próximo a moradores e pesquisadores da área fontes históricas produzidas na cidade. Para consultá-lo acesse: www.cchsa.ufpb.br/heb. (83) 3322.3222



educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

A interligação entre políticas voltadas à preservação do patrimônio cultural e educação patrimonial surgiu em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei Ordinária nº 378, que cria em seu artigo 46 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O objetivo era de intensificar a preservação em todas as suas vertentes no país. Mesmo estando em voga nesta atual pós-modernidade, a Educação Patrimonial tem suas importantes funções diminuídas. Colocada como auxiliadora das demais políticas em prol do patrimônio histórico, esse evidente descaso tem sido amenizado por uma visão político-pedagógica que percebe a EP como uma motivadora de processos de conservação em que hajam mais interação entre os participantes.

Essa concepção de EP surgiu devido á algumas mudanças ocorridas na metade do século XX, envolvendo principalmente a economia e a cultura. No entanto, o Estado tomou novas medidas educativas favorecendo o patrimônio cultural, que demandam novos pensamentos, métodos e didáticas que estimulem, além do senso de preservação, o desenvolvimento social e o exercício da cidadania. Estas possibilidades geraram programas e cursos na área da cultura, sendo resultado de reforços que buscam delimitar a EP como uma política nacional cultural. Mesmo ainda vista apenas como acessório no campo da preservação, a EP foi considerada uma conquista porque foi através dessa visão que surgiram concursos gerando vagas para técnicos em educação. (THOMPSON e SOUZA, 2015. p. 154)

Neste âmbito, a CEDUC – Coordenação de Educação Patrimonial – defende que:

[...] a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (IPHAN, 2014, p.19)

Geralmente relacionada aos órgãos de defesa do Patrimônio, a EP é muitas vezes gestada a partir das ações do IPHAN e, mais localmente, do IPHAEP. O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – é uma autarquia federal criada em 1937, sob o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), durante o governo de Getúlio Vargas. Sua função está em proteger

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I –



as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988. Artigo 216)

É por esta instituição que se dá o tombamento e a revitalização de prédios e objetos históricos. Criado pelo Ministério de Educação e Cultura, o SPHAN e atual IPHAN traduz as similitudes entre as áreas de Educação e Patrimônio. Já o IPHAEP- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – é um órgão do Estado, criado em 1971, que traz “[...] por função resgatar e preservar a memória da Paraíba, através do Cadastramento e Tombamento de bens móveis e imóveis, que possuam reconhecido valor histórico, artístico, cultural, ecológico e paisagístico”⁷. Estas instituições trabalham conjuntamente no sentido de salvaguardar a memória social, produzindo legislações e ações que fiscalizem a manutenção/preservação dos bens culturais no estado e no país.

A EP só passa a ser adotada como parte desta política patrimonial em 1980, sendo discutida como amparo para a existência das ações providas por estes órgãos, de nível estadual e nacional. Posta como secundarizada por alguns autores, como nos aponta Oliveira (2013), a EP parte de duas dimensões: a legal e a educacional/informacional.

A primeira vertente depende necessariamente de dispositivos legais para a sua efetivação; e a segunda está voltada à implementação de instrumentos, mas sobretudo de processos que disseminem as informações patrimoniais pelas comunidades relacionadas e que forneçam condições de se criar uma consciência preservacionista ligada às questões de memória (OLIVEIRA, 2013, p.16)

Para além destas dimensões, Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.4) assinala a EP como uma metodologia, “um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. Para as autoras, “Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural” (Idem).

Concebida então como uma metodologia, a EP se aplica a

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal,

⁷ Citação obtida no site do Governo da Paraíba. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/iphaep/institucional/>>. Acesso em 20/03/2017.



tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Neste contexto, tanto a EP quanto a concepção de Patrimônio adquire múltiplos sentidos. Semanticamente, a palavra 'Patrimônio' está associada a diversas categorias, carregando uma tipologia que se define em: 1. Patrimônio Cultural, 2. Histórico e 3. Ambiental/Natural. De maneira bem sucinta podemos conceituá-los da seguinte maneira: 1. O primeiro carrega grande simbologia, relacionado a todos os bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis que compreendem a identidade cultural de um povo. 2. Já o segundo perpassa os aspectos mais concretos da vida humana, quais sejam, o conjunto de bens materiais e arquitetônicos, artefatos, acessórios e utensílios. Sua compreensão delinea a concepção da identidade histórica de um povo. 3. Quanto ao patrimônio ambiental, diz respeito a tudo que envolve o ser humano e o meio ambiente que o rodeia. A salvaguarda destes recursos materiais/naturais mantém a garantia de vida a humanidade.

Diante deste arcabouço, o patrimônio é um conceito múltiplo e plástico. Zanirato e Ribeiro (2006, p.50), destacam que

De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional.

Vimos que 'Patrimônio' é um termo de ampla significação, associado as “coisas da cidade”. Ele, enquanto monumento, revivifica a memória trazendo a tona em seus traços arquitetônicos partes do que se viveu. E a Educação Patrimonial nos permite estratégias que sensibilizem os sujeitos para o conhecimento, a preservação e a valorização de sua própria história a partir dos seus bens materiais.

2.1 Mapeando os patrimônios históricos de Bananeiras

O Centro Histórico de Bananeiras foi oficialmente tombado pelo IPHAEP em 2009, pelo decreto 31.842 de 04 de dezembro. Em lista obtida junto a Secretaria de Turismo do município para a composição dos projetos mencionados anteriormente, observamos que o Centro está composto por cerca de 80 prédios, a maioria deles casarios do tempo do café. Substanciado ainda por



outros bens imóveis, o Centro se compõe de uma instituição escolar, prédios de uso público, como a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Turismo, Hotéis, Mercarias e quitandas, Cartório e Casa Paroquial, além da Igreja Matriz e demais residências. Em ofício expedido para a prefeitura de Bananeiras pelo IPHAEP, consta:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o IPHAEP dispõe de um amplo estudo sobre os imóveis desse Município, que possuem valor histórico e arquitetônico, na delimitação do Centro Histórico de Bananeiras. Nesse sentido, solicito a colaboração dessa Prefeitura para só expedir alvará de construção, reforma ou demolição aos imóveis acima referidos após consulta prévia a este instituto. Fazemos juntar ao presente ofício relação dos imóveis para tombamento. A contribuição de Vossa Excelência tem a finalidade de salvaguardar esse rico patrimônio histórico e cultural. (Ofício 0131/Adm/2009/IPHAEP).

Conforme observamos, o documento relata prescrições ainda do ano de 2009. Não tivemos acesso a nenhum documento mais recente sobre o tombamento do Centro Histórico da cidade. Mas, é de nosso interesse verificar, durante o trabalho que estamos desenvolvendo, se estes imóveis ainda continuam preservados. Ainda nesta perspectiva, recentemente o IPHAEP penalizou a Prefeitura Municipal de Bananeiras pela retirada de um Coreto localizado na Praça Eptácio Pessoa.



F1

Coreto, 1921.



F2

Coreto, 2017.

Fonte: Acervo do Projeto, 2017

Em 14 de março do ano em curso começou a demolição do conhecido Bar do Seixo, comércio que ocupou o espaço do antigo Coreto de Bananeiras, construído em 1921, conforme podemos visualizar na figura 1. A sua transformação em bar data de 1968. A destruição do Bar do Seixo gerou uma multa compensatória junto ao IPHAEP, na qual a Prefeitura Municipal terá que desenvolver um trabalho de EP nas escolas, visto que o referido bar estava inserido no tombamento de área do Centro histórico da cidade.



Este acontecimento conduziu a Prefeitura da cidade a se aliar ao nosso projeto. A ideia é que consigamos, por meio desta pesquisa, investigar *in loco* a existência de alguns prédios, registrando em imagem e levando, de forma didática e por meio do patrimônio arquitetônico, as histórias da cidade para a comunidade estudantil. Para tanto, realizamos recentemente uma aula de campo no Centro Histórico da cidade com a equipe de bolsistas e voluntários dos projetos. Em rápida apresentação, listamos abaixo alguns pontos visitados:

1. **Estação ferroviária de Bananeiras:** edificada ainda em 1922 e inaugurada em 1925, a estação ferroviária de Bananeiras foi construída pela Great Western, sendo oficialmente desativada em meados de 1970.
2. **Igreja Matriz Nossa Senhora do Livramento** – Tal patrimônio ainda remonta os anos de 1763. Sua atual configuração é ainda do século XIX.
3. **Instituições educacionais** (como o Colégio Sagrado Coração de Jesus (fundado em 1918. Atual Escola Municipal de Ensino Fundamental “Profª Emília de Oliveira Neves”), Grupo Escolar Xavier Júnior (fundado em 1934) e o Patronato Agrícola Vidal de Negreiros (datado de 1924))
4. **Edificação religiosa que compõe o Cruzeiro de Roma:** Datada de 1899, tal construção se localiza a 500 metros de altitude da serra e faz parte do roteiro de algumas peregrinações, como a dos romeiros de Padre Ibiapina.
5. **Prédio dos Correios e Telégrafos:** resguarda a mesma configuração arquitetônica, datada de 1835.

Para além destas construções prediais, Bananeiras ainda conta com sítios pré-históricos, como o de Umari, o de Goiamunduba, de Pedra Preta e o da Gruta dos Morcegos. Nestes sítios constata-se as tradições Itacoatiara, Agreste e Geométrica⁸. Tais espaços podem ser considerados patrimônios ambientais da cidade, que em sua forma “natural” integram o patrimônio histórico-cultural do município. Eles não integram a lista de imóveis elaborada pelo IFPHAEP, mas precisam ser considerados patrimônios e devem ser resguardados de qualquer tipo de depredação.

⁸ Tradição **Itacoatiara**, “Integrada por gravuras representando figuras que não permitem nenhum reconhecimento. Tradição **Agreste**, “Caracterizada pela predominância de grafismos reconhecíveis, particularmente da classe das figuras humanas, sendo raros os animais”. Tradição **Geométrica** “Caracterizada por pinturas que representam uma maioria de grafismos puros, figuras humanas e algumas mãos, pés e répteis extremamente simples e esquematizados”. TARAIRIÚ – Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB Campina Grande, Ano I – Vol. 1 - Número 01 – Setembro de 2010.



Este dado nos alerta sobre a necessidade de conhecermos mais sobre o Patrimônio Histórico do município de Bananeiras, justificando a necessidade de diversas ações, como as que andam sendo desenvolvidas no âmbito da UFPB, em vistas a garantir o conhecimento e o desejo de preservação do que é histórico no município.

3 Projeto UFPB no seu Município - “A educação patrimonial em Bananeiras: uma articulação integrada entre a história, a memória e a cidade”

O projeto traz como objetivo discutir, de forma integrada, as concepções de Educação Patrimonial, Memória e História em Bananeiras, por meio do levantamento do patrimônio histórico da cidade, da elaboração de um Manual digital de Educação Patrimonial e da realização de oficinas mistas com coordenadores da educação básica do município de Bananeiras e alunos graduandos de licenciatura em Pedagogia, da UFPB \Campus-III.

A proposta parte, metodologicamente, de várias etapas, desde as pesquisas em arquivos públicos como também da utilização de entrevistas como proprietários dos prédios a demais habitantes, tomando como base os princípios da História oral. Para esta metodologia:

Tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para a possibilidade de ela documentar as ações de constituição de memórias - as ações que tanto o entrevistado quanto o entrevistador pretendem desencadear ao construir o passado de uma forma e não de outra. A entrevista de História oral deve ser compreendida também como documento de cunho biográfico, do mesmo gênero de memórias, autobiografias, diários e outros documentos pessoais. (PINSKY, 2008, p.169)

Este tipo de metodologia é explorado por pesquisas que permitem aos sujeitos trazer à tona a análise de relatos de momentos que presenciaram ou vivenciaram, perpassados de elementos advindos da memória. Nossos passos permeiam:

1. Mapear os monumentos históricos da cidade, a partir de documentos elaborados pelo IPHAEP, como também, por meio dos relatos e entrevistas a serem realizadas.
2. Investigar o objeto cultural narrado (por meio de seus aspectos físicos; sua função e atual uso; levantamento do seu período de construção e possíveis reformas; seu valor e significado para a comunidade).
3. Coletar, por meio de entrevistas e relatos, as possíveis histórias que rodeiam o monumento, tentando pinçar o sentido afetivo/vínculo que ele possui com a cidade e com os seus moradores.
4. Coletar fotos antigas e produzir novas imagens com estes artefatos, para compor o arquivo digital e iconográfico do projeto.



5. Produzir, por meio de oficinas, mídias que poderão compor o acervo do Museu Simeão Cananéia, com vistas a estimular a visitação e o prazer de conhecer o museu.

Após este primeiro trajeto, seguiremos para a segunda etapa do projeto, baseada na realização de oficinas com professores da educação básica, priorizando a formação de multiplicadores da preservação e reconhecimento histórico do patrimônio da Cidade.

Orientados pelas atividades sugeridas por Horta, Queiroz e Monteiro (1999), trazemos abaixo as diversas oficinas e as atividades que serão realizadas ao longo do projeto:

- **Oficina 01- Descobrindo Valores: o saber e o sabor da história:** Esta oficina orientará os professores a como trabalhar com crianças os princípios da educação patrimonial, a partir de sua inserção histórica e social. A proposta parte de três atividades: 1. a construção de um mapa da rua na qual cada participante reside, enfatizando elementos que marcam suas próprias histórias, a partir da própria inserção do participante na história da cidade. 2. produção de uma 'Árvore genealógica', por meio da elaboração de uma árvore dos membros da família, que auxiliará na compreensão do cursista sobre a sucessão das gerações e sobre sua própria história; 3. A produção de um inventário participativo, onde os próprios participantes elegerão prédios que representem o patrimônio histórico da cidade a partir das relações e vínculos que com eles possui.
- **Oficina 02 - Cine Patrimônio: conhecendo o patrimônio da cidade:** Esta oficina propõe a produção de pequenos documentários. Os participantes aprenderão a utilizar o programa Movie Maker, e escolherão um determinado prédio para sobre ele produzir um pequeno vídeo. Este trabalho gerará o trabalho de conclusão do curso, e fará parte do momento final das oficinas a partir de uma exposição dos trabalhos produzidos.
- **Oficina 03 - Fotos novas e antigas, uma visão sobre as mudanças na cidade:** Neste encontro levaremos os participantes a identificar as mudanças e permanências relacionadas ao patrimônio histórico da cidade. Utilizaremos como recursos fotos antigas e atuais, atribuindo-as ao contexto histórico que ela vivenciou. A ideia também compreende a participação dos cursistas por meio do levantamento de fotos antigas de seus álbuns de família, com o intuito de também ampliar o acervo iconográfico do projeto.
- **Oficina 04- Brincando e aprendendo: O olhar e suas representações -** Demonstraremos por meio da experimentação, da alfabetização cultural e do diálogo que a metodologia da Educação Patrimonial pode ser desenvolvida de forma lúdica, propiciando maneiras de alfabetização cultural, fomentando o diálogo permanente ao processo educacional, com isso, levando o educando a



experimentação e descoberta, fortalecendo os vínculos e facilitando a compreensão do patrimônio cultural da cidade.

- **Oficina 05- Dar voz à história viva:** Buscaremos trabalhar a história pertencente ao convívio cultural de cada participante a partir da coleta de relatos de lendas, brincadeiras e cantigas de roda com pessoas da comunidade, com vistas a construir, de forma coletiva, um arquivo de memória.
- **Oficina 06 - Trabalhando com o Museu:** O Museu Simeão Cananéia está sediado na antiga estação ferroviária da cidade. Partimos da ideia de trabalhá-lo conhecendo-o primeiro, a partir: 1. Do nome que o intitula; 2. Da história do prédio que o cedia; 3. Do entendimento dos eixos temáticos que caracterizam o seu acervo. Ainda nesta oficina, pretendemos construir com os participantes atividades que tornem o museu atrativo ao seu público, refletindo sobre: a recepção de grupos escolares no museu; a promoção de debates em torno de temáticas sociais e culturais de importância para o município a partir da exposição de vídeos já produzidos na cidade e de atividades lúdicas como a contação de histórias.
- **Oficina 07- City-Tour: Circuito do saber** - Este último encontro traz como propósito um passeio pelo Centro histórico de Bananeiras, passando pelo Cruzeiro de Roma e pelo Engenho Goiamunduba. A ideia é proporcionar um novo encontro, adquirido depois da formação, com estes prédios históricos da cidade.

As ações propostas por este projeto norteiam três grandes finalidades: 1. O mapeamento e o conhecimento da história do acervo arquitetônico, constituído como patrimônio histórico pelo IPHAEP, da cidade de Bananeiras; 2. O trabalho com este patrimônio, por meio da metodologia da educação patrimonial, com vistas a estimular a preservação dos prédios históricos da cidade; 3. A educação patrimonial seriada, trabalhada com alunos de graduação e professores da educação básica da rede pública de Bananeiras, objetivando formar multiplicadores e guardiões do patrimônio histórico cultural.

Estes núcleos de trabalho possibilitarão aos participantes fazer uma leitura do mundo que os rodeia, levando-os à compreensão do universo sócio-cultural em que estão inseridos. Esse processo ainda permite a valorização do Patrimônio Cultural de Bananeiras, envolvendo a comunidade escolar e as instituições do seu entorno, como a Prefeitura Municipal de Bananeiras e a Universidade Federal da Paraíba, em um trabalho integrado, fortalecendo a preservação sustentável desses bens e os sentimentos de identidade e cidadania, como princípios tangentes de uma educação patrimonial em instâncias variadas.



Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.**. Artigo 216. Disponível em :

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf>. Acesso em: Agosto de 2017

COSTA, Iveraldo Lucena. **Bananeiras: 137 anos de história.** Bananeiras, 10 de outubro de 2016. Disponível em: < <http://www.bananeiras.pb.gov.br/bananeiras-137-anos-de-historia/>> Acesso: 01/08/2017.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília, DF: IPHAN , 2014. (p.19-27). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf.

_____. **Educação patrimonial: Manual de Aplicação** – Programa Mais Educação. Brasília, DF: IPHAN/DAF/Cogedip/ceduc, 2013. (p.1-44). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducao_m.pdf>. Acesso em 02/03/2017

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial.** Brasília, DF: IPHAN, 2007. (p.1-24). Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/558606/mod_resource/content/0/GRUNBERG_Evelina.pdf>. Acesso em 02/03/2017

PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas.* São Paulo: Contexto, 2008

THOMPSON, Ana Lucia. SOUZA, Igor Alexandre Nascimento. **Educação Patrimonial no Âmbito da Política de Patrimônio Cultural.** Políticas Culturais em Revistas, V.8, Nº1, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/13405/9755>. Acesso em: Abril de 2017.

ZANIRATO, Sílvia Helena, RIBEIRO, Wagner Costa. **Mudanças climáticas e risco ao patrimônio cultural em Ouro Preto – MG – Brasil.** Confins [Online], 21 | 2014, posto online no dia 19 Agosto 2014, consultado o 11 Agosto 2017. URL : <http://confins.revues.org/9673> ; DOI : 10.4000/confins.9673

NÓBREGA, Rubens. **Demolição de bar para revitalizar coreto gera polêmica em Bananeiras.** Bananeiras, 15 de Março de 2017. Disponível Em: <<http://rubensnobrega.com.br/2017/03/15/demolicao-de-bar-para-revitalizar-coreto-gera-polemica-e-protestos-em-bananeiras/>> Acesso em: 11 de Agosto de 2017.